

Um tratamento contextualista do predicado de existência

A contextualist treatment of the predicate of existence

André Leclerc¹
aleclerc@terra.com.br

RESUMO: Este trabalho oferece uma breve descrição do contextualismo na filosofia da linguagem para apresentar o debate tradicional sobre a questão de saber se o predicado “existe” é um predicado de primeira ou de segunda ordem. Concluo, primeiro, que há um uso em primeira bem como em segunda ordem, sem ambigüidade, e, segundo, que o debate tradicional foi colocado em termos muito restritivos. Defendo que a abordagem contextualista pode ser útil neste debate, e que há uma grande variedade de contextos a ser examinada com cuidado. Termino com uma nota crítica sobre o que chamo de “ontologia séria”.

Palavras-chave: existência como predicado, contextualismo, ontologia, filosofia da linguagem.

ABSTRACT: I first give a very short characterization of contextualism in the philosophy of language; then I present the traditional debate about the question whether “exists” is a first or second order predicate, to conclude, firstly, that there is a first order as well as a second order use for that predicate, with no ambiguity, and, secondly, that the debate was couched in too restrictive terms. I defend that there is a huge variety of contexts to be scrutinized, and that a contextualist approach could be useful in that discussion. I close the paper with a critical note to what I call “serious ontology”.

Key words: existence as a predicate, contextualism, ontology, philosophy of language.

Introdução

O Contextualismo em filosofia da linguagem emergiu em oposição ao literalismo (ver Recanati, 2004). O literalismo supõe que cada frase declarativa de uma língua tem condições de verdade bem definidas (ou expressa literalmente uma proposição) independentemente de um contexto de uso, e que para qualquer frase declarativa contendo expressões indexicais existe uma frase eterna correspon-

¹ UFPb, Pós-graduação em Filosofia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa.

dente que expressa literalmente e exatamente a mesma proposição. Para o contextualismo, a linguagem é essencialmente dependente do contexto de uso, e cada frase completa determina condições de satisfação (ou de verdade) somente em relação a um pano de fundo, um conjunto de pressuposições não articuladas (na frase) e que explica por que as mesmas expressões ou frases (ou *tokens* das mesmas frases) podem servir para dizer coisas tão diferentes em contextos de uso diferentes.² O contextualismo pode assim explicar essas variações contextuais de sentido sem apelar para uma tese reconhecidamente implausível, a tese da ambigüidade semântica sistemática e da multiplicação indevida dos sentidos literais. O verdadeiro portador de uma proposição determinada (ou das condições de verdade ou de satisfação) não é uma frase, e sim um ato-de-enunciação-num-contexto-determinado. Determinar condições de satisfação é uma habilidade de falantes-ouvintes, e as condições de verdade e satisfação não se encontram objetivamente já fixadas na língua independentemente de qualquer contexto de uso. Não é uma habilidade que se exercita somente com base num conhecimento da sintaxe e da semântica de uma língua. É uma habilidade que pressupõe, como Wittgenstein tinha visto com clareza, um conhecimento das “formas de vida”, das regularidades naturais e sociais.

O tratamento das frases existenciais é de grande importância na filosofia contemporânea, pelo menos como introdução à ontologia. As conclusões de muitos debates em filosofia da mente, das ciências, e em lógica filosófica, podem depender do tratamento lógico-lingüístico correto dessas frases. Minha sugestão neste artigo é de apresentar um tratamento contextualista das frases existenciais, frases que contêm o predicado de existência, “x existe”. O objetivo é representar melhor o que dizemos efetivamente (“o que é dito”) com essas frases para servir de introdução aos debates ontológicos. E isso me parece uma tarefa filosófica urgente e importante. Infelizmente, aqui, ela só poderá ser esboçada superficialmente. Assim, por exemplo, um tratamento completo deveria levar em conta um número muito maior de exemplos e também tratar das modificações adverbiais do predicado de existência (“O Abominável Homem das Neves (não) existe realmente/verdadeiramente/concretamente/de fato/atualmente/no mito”, etc.), da mesma forma que uma teoria completa da metáfora deve lidar com essas modificações adverbiais (“Ele é/mesmo/realmente/verdadeiramente um porco!”, etc.). Um tratamento completo deveria também analisar e marcar as diferenças com outras expressões muito parecidas da mesma área semântica, tal como “x é real”, “x é atual”, “x é verdadeiro”, e expressões com sentido oposto: “aparente”, “fictício”, “ideal”, “virtual”, “potencial”, “possível”, “ilusório”, “imaginário”, etc. O leitor entende que se trata de um projeto imenso, que certos filósofos, como Austin (1962) já abordaram, mas que está longe de ser completo e precisa, hoje, ser repensado.

Grande parte do debate tradicional diz respeito à questão de saber se o predicado em questão expressa uma propriedade de primeira ou de segunda ordem, se uma frase da forma lógica (aparente) α existe na verdade não seria da forma $(\exists x) (x = \alpha)$ ou $(\exists x) (Fx \ \& \ x = \alpha)$. Sugiro que este debate seja ampliado pela consideração de inúmeros contextos de uso do predicado “x existe”, examinando as analogias e diferenças, os contrastes e semelhanças entre estes contextos. A questão central a ser debatida na conclusão diz respeito à postura que se deve

² Ver o famoso exemplo de Hilary Putnam (1999, p. 87-88): “There is a lot of coffee on the table”. Um *token* da frase “Há muito café sobre a mesa” pode servir para: 1) convidar uma pessoa a se servir de uma xícara; ou 2) dar uma ordem de carregar um caminhão com os sacos de café que estão sobre a mesa; ou 3) pedir para limpar o café que foi derramado sobre a mesa; ou 4) pedir para colocar um monte de grãos de café em sacos, etc. Muitos outros exemplos do mesmo tipo podem ser encontrados em Travis (1989).

adotar quanto à escolha de um quadro geral para os debates ontológicos: devemos adotar uma posição liberal e pluralista, mais respeitosa em relação ao senso comum, ou privilegiar certos contextos de uso em detrimento de outros para praticar uma "ontologia séria", numa linguagem arregimentada?

Um pouco de história (sem pretensão de historiador)

Nossa tradição filosófica, até a modernidade, não parece muito preocupada com a questão de saber se o predicado "existe" expressa ou não uma propriedade de objetos ou de indivíduos (isto é, uma propriedade de primeira ordem). Santo Anselmo, por exemplo, e, séculos depois, Descartes, no argumento ontológico, consideravam naturalmente a existência como uma espécie de "perfeição", portanto como uma propriedade que um "indivíduo" (no sentido lógico e metafísico da palavra) pode possuir ou não. No início da modernidade, Descartes, da mesma forma, quando afirma "Penso, logo existo", ou simplesmente "eu existo", certamente concebe a existência como uma propriedade de primeira ordem, uma propriedade de indivíduos. Isso parece ter sido um ponto pacífico ou um pressuposto não questionado entre os filósofos: a existência é uma propriedade de indivíduos ou objetos (portanto, uma propriedade de primeira ordem).

A principal objeção – e certamente a mais clássica – contra a idéia de que a existência é uma propriedade de primeira ordem remonta pelo menos a Hume (2000, livro I, parte II, seção VI) e depois Kant (1965, B 628) (mas Pierre Gassendi, às vezes, é mencionado como precursor). Ela foi retomada, no século XX, por Frege, Russell, Carnap e a maioria dos filósofos analíticos desde então. Trata-se do argumento da *redundância*. Segundo Hume, não há nenhuma impressão sensível correspondente à existência e que poderia ser acrescentada às outras impressões sensíveis que oportuniza a percepção de uma coisa qualquer. Kant vai retomar praticamente a mesma linha argumentativa e insistir: quando descrevemos uma coisa, por exemplo, uma mesa, podemos dizer dela que é "retangular", "branca", "feita de madeira", "pesada", e cada um desses predicados expressa "uma distinção que faz uma diferença". Nem toda mesa é retangular; nem toda mesa retangular é branca; nem toda mesa retangular e branca é feita de madeira, e nem toda mesa retangular e branca e feita de madeira é pesada. Mas dizer da mesma mesa que, além de ser retangular, branca, feita de madeira e pesada, é também *existente* não acrescentaria nada. Aqui, a existência aparece como uma "*Cambridge property*" (como se costuma dizer na literatura anglo-saxônica), uma propriedade que não faz nenhuma diferença real (se ela for, claro está, considerada como uma propriedade de primeira ordem, uma propriedade de indivíduos, como as outras mencionadas no exemplo da mesa).

A partir de Frege e Russell, e mais tarde Carnap, a existência passou a ser considerada, praticamente por todos, como um conceito (para Frege) ou como uma propriedade (para os demais) *de segunda ordem*, isto é, um conceito que se aplica a conceitos de primeira ordem ou uma propriedade de propriedades de primeira ordem. Assim, dizer: "Cangurus existem" ou "Dragões não existem" seria o mesmo que dizer: "A propriedade de ser um canguru tem a propriedade (de segunda ordem) de ter pelo menos uma instância", e "A propriedade de ser um dragão tem a propriedade de não ter nenhuma instância". Esta interpretação das frases existenciais se tornou uma verdadeira ortodoxia até os meados dos anos setenta, quando autores como Alvin Plantinga, Terence Parsons, Edward Zalta, Colin McGinn

e muitos outros começaram a reavaliar a situação e a readmitir a existência como propriedade de primeira ordem, isto é, como propriedade de indivíduos, e não só como propriedade de propriedade. A afirmação, aparentemente com o predicado de existência em primeira ordem, "Sócrates existe", nesta ortodoxia inaugurada por Frege e Russell, corresponde à seguinte formalização lógica: " $(\exists x) (x = \text{Sócrates})$ ", o que significa, em linguagem comum: "a propriedade de ser idêntico a Sócrates tem pelo menos uma instância"³.

Além do argumento da redundância, os pais da Nova Lógica consideraram outras motivações para rejeitar a existência como propriedade de primeira ordem. Para Frege, se a existência fosse um conceito de primeira ordem, a frase "Sherlock Holmes não existe" seria paradoxal. Pois vejamos: normalmente, o complemento (booleano) de uma propriedade é ainda uma propriedade; normalmente, uma propriedade instanciada por indivíduos tem um complemento, uma outra propriedade, também suscetível de ser instanciada por indivíduos. A propriedade de ser um canguru é instanciada por Skippy e todos os membros (indivíduos) de sua espécie; a propriedade de ser um não-canguru é instanciada por mim, pelo leitor, por meu computador, e qualquer coisa que não é um canguru. Cada propriedade, por assim dizer, divide o mundo em duas partes: a parte constituída pelos objetos que instanciam a propriedade, e a outra parte constituída por tudo aquilo que não instancia a propriedade. Porém, se a existência for uma propriedade de primeira ordem, todo o que existe a instanciaria trivialmente, e seu complemento não teria nenhuma instância. Como Sherlock Holmes, que não existe, poderia instanciar uma propriedade que por definição não pode ter nenhuma instância? "O nada não tem propriedade", costumavam dizer os filósofos na Idade Média. Como a frase ("Sherlock Holmes não existe") é verdadeira, a melhor formalização deve ser $\neg(\exists x) (x = \text{Sherlock Holmes})$. No entanto, recentemente, este argumento foi criticado. O que o argumento mostra é que a existência é uma propriedade um pouco especial, instanciada trivialmente por todo o que existe, e sem complemento booleano. Na verdade, muitas outras propriedades estão na mesma condição; por exemplo, a propriedade de *ser um professor ou um não-professor*; se tal propriedade existe, ela é instanciada trivialmente por qualquer coisa e também não tem complemento.

Como já mencionei, a situação mudou totalmente nos meados dos anos setenta, particularmente com a metafísica da lógica modal. Uma possível interpretação desta mudança seria a seguinte: quem trabalha com uma linguagem exclusivamente *extensional*⁴, como é o caso da lógica clássica, pode praticamente dispensar o uso do predicado "existe" ("x existe") como predicado de primeira ordem, mesmo que haja alguns problemas residuais com a interpretação padrão de frases existenciais como "Sócrates existe" proposta por Frege e Russell, ou mais recentemente, com a paráfrase proposta por Quine: " $(\exists x) (x \text{ socratiza})$ ".

O problema dessas paráfrases em termos de instanciação de propriedade (ou satisfação de um predicado) é que elas apagam aparentemente qualquer menção de indivíduos, *enquanto a própria idéia de instanciação de uma propriedade (ou de satisfação de um predicado) pressupõe analiticamente a noção de indivíduo*. Dizer: "Algo instancia a propriedade de ser idêntico a Sócrates", ou "Algo socratiza", pressupõe a existência de Sócrates. Para qualquer propriedade de primeira ordem, a noção de instanciação pressupõe a noção de indivíduo. Na metafísica da lógica

³ A paráfrase lógica é: "Existe pelo menos um x tal que x é idêntico a Sócrates".

⁴ Uma linguagem é extensional quando satisfaz os critérios de extensionalidade: 1) substituição *salva veritate* de termos co-referenciais; 2) generalização existencial; 3) verifuncionalidade. O domínio de interpretação de tal linguagem é normalmente "constante", o que significa que os indivíduos que pertencem a este domínio "existem" *sem restrição ou determinação temporal preestabelecida*.

modal, chamamos de “atualismo sério” (*serious actualism*) a tese de que, necessariamente, para qualquer indivíduo x , qualquer mundo possível w e qualquer propriedade p , se x instancia p em w , então x existe em w ⁵. Em símbolos: (AS) $\forall x \forall w \forall p$ (x instancia p em $w \rightarrow x$ existe em w). Este princípio possui um forte apelo. Nenhum indivíduo pode instanciar uma propriedade sem existir num mundo possível. Isso vai contra a posição de Meinong e seus seguidores segundo a qual “há coisas que não existem”. Quantificar sobre propriedades como *estar socratizando* ou *ser idêntico a Sócrates*, portanto, não elimina a menção da existência (em primeira ordem) de Sócrates. Esta é necessariamente pressuposta, pois o indivíduo (Sócrates) aparece como constituinte da propriedade.

Apesar disto, de modo geral, o uso de uma linguagem extensional *com domínio de interpretação constante* não requer um predicado de existência de primeira ordem. Podemos efetivamente tratar uma infinidade de afirmações existenciais como fizemos no caso de “Cangurus existem”, isto é: $(\exists x)$ (x é um canguru), ou “algo é um canguru”, ou de modo ainda mais pedante ou pomposo: a propriedade de ser um canguru tem a propriedade de ter pelo menos uma instância. Há várias vantagens na extensionalidade, cujo paradigma é a lógica (clássica) de primeira ordem (Cálculo proposicional + Cálculo dos predicados). Porém, há também um preço a pagar: pobreza e limitação na capacidade de formalizar pensamentos e enunciações muito comuns.

No entanto, é claro como o sol do verão que nós vivemos cercados de coisas que “existem” no espaço e no tempo. As coisas ao nosso redor não existem necessariamente ou eternamente, e sim *de modo contingente*. Podemos pensar, imaginar, considerar situações ou mundos possíveis nos quais tais objetos não existem. Consideramos regularmente situações ditas “contrafactuais” cada vez que nós tentamos avaliar nossas ações, por exemplo, ou as ações dos outros (“Se eu tivesse agido de outra maneira, o resultado teria sido melhor”, etc.), ou situações nas quais algo ou alguém não existe (“Se Hitler nunca tivesse nascido, a Segunda Guerra mundial não teria acontecido”). Essas afirmações vão além da *atualidade* e são marcas seguras de que estamos indo além da extensionalidade. Essas afirmações necessitam a introdução numa linguagem de operadores modais (modalidades aléticas, temporais, epistêmicas, etc.). Um fato é contingente quando nem é *necessário* nem *impossível*. *A existência das coisas ao nosso redor é contingente*. Noutras palavras, numa formulação *de dicto*, qualquer afirmação existencial relativa a um objeto espaço-temporal é contingente. É possível *desconhecer* se algo existe ou não. Podemos *buscar* coisas que não existem, como o Eldorado ou a Fonte da Juventude. Por isso, frases como “Ponce de León procurava a Fonte da Juventude na Flórida” não são extensionais (pois não autorizam a generalização existencial).

Saul Kripke introduziu, no início dos anos sessenta⁶, a idéia leibniziana de “mundos possíveis” na semântica da lógica modal e associou a cada mundo possível W um domínio de objetos existindo neste mundo. Para um W_i qualquer, a função $\Psi(W_i)$ tem como valor o domínio D_i daquele mundo ($\Psi(W_i) = D_i$). Em vez do domínio constante, característico da interpretação de uma linguagem extensional, temos aqui domínios variáveis em função do mundo possível considerado na interpretação semântica de uma frase modal (não extensional). *Existir* nesta concepção significa o mesmo que *pertencer ao domínio de um W_i qualquer* (x existe em W_i se e somente se $x \in D_i$, isto é, sse $x \in$

⁵ Para uma boa discussão recente, ver Hudson (1997).

⁶ Kripke (1963). Ver também *Naming and Necessity* (1980).

$\Psi(W_i)$). Aqui o debate entre atualistas e possibilistas pode marcar uma importante diferença. Meinong e seus seguidores costumavam dizer que há coisas que não existem. Para os atualistas, todo o que é existe, e existe no mundo atual; portanto, nesta interpretação atualista, na união conjuntista dos domínios de todos os mundos possíveis ($U = \bigcup_{w \in W} D_w$), não iríamos encontrar *objetos inexistentes* ou simples *possibilia*. A tese possibilista pode, então, ser assim formulada, em símbolos: $\Psi(W_0) \neq U(W_0)$ sendo o mundo atual). Para os atualistas, tudo o que é, existe atualmente (portanto: $\Psi(W_0) = U$); isso significa que os domínios dos mundos possíveis diferentes de W_0 são sempre subconjuntos do domínio do mundo atual. Alguns anos depois, em *Naming and Necessity* (1972/1980), Kripke (um atualista) desenvolveu a metafísica da lógica modal e suas teses essencialistas, e, neste contexto, a existência aparece como uma propriedade *essencial e trivial*: em qualquer mundo possível, todo o que existe nele tem necessariamente e trivialmente a propriedade de existir (ver Leclerc, 2006).

Um tratamento contextualista

Inicialmente, portanto, haveria, pelo menos, dois tipos de usos reconhecidos para o predicado “x existe”: em segunda ordem (“Cangurus existem”), quando se trata de classes ou espécies, e em primeira ordem (“Eu existo”), quando a existência em questão é dita de um indivíduo particular, quando sua existência é claramente contingente ou duvidosa (em contraste com a existência das entidades abstratas, por exemplo, ou a existência epistemicamente “garantida” do *Cogito*), ou ainda quando consideramos situações contrafactuais ou mundos possíveis nas quais um certo indivíduo não existe. A frase “Se Hitler não tivesse existido...” estipula um mundo possível no qual Hitler não existiria se este mundo fosse atual. Será que estamos diante de uma situação de ambigüidade sistemática do predicado de existência?

Quanto a isso, a resposta dos contextualistas deve ser negativa. Ademais, esses dois usos reconhecidos (em primeira e segunda ordem) representam só uma pequena parte do *iceberg*, só uma esquematização lógica que não informa muito sobre a variedade efetiva de usos da palavra “existe”. Certas palavras funcionam em primeira e segunda ordem sem ambigüidade semântica. O exemplo clássico é o verbo “desaparecer”: posso dizer “O bebê de Charles Lindbergh desapareceu” (primeira ordem) bem como “Os velociraptos desapareceram” (segunda ordem) (sobre isso, ver Williams, 1995, p. 145-150). Mas podemos ir mais longe e generalizar, considerando uma variedade de contextos. Aqui temos uma pequena amostra:

1. Cangurus existem.
2. Eu existo (pelo menos enquanto estou pensando).
3. Sócrates já existiu, mas não existe mais.
4. Velociraptos já existiram (mas não existem mais).
5. Sensações existem *qua* sensações (e não enquanto excitação de fibras nervosas).
6. “A consciência não existe” – dito por William James ou Paul Churchland.
7. “A consciência existe” – dito por David Chalmers.
8. “Vampiros existem”, dito pelo ator Wesley Snipes em entrevista.
9. “Fantasmas não existem”, dito por um pai a seu filho.
10. A guerra de Tróia, talvez, nunca existiu.
11. A República de Weimar poderia não ter existido.

12. A instituição da ditadura deixou de existir oficialmente em 1988.
13. “Esta possibilidade existe!” (dito numa reunião de planejamento).
14. Sherlock Holmes não existe, mas é muito admirado pelos detetives de hoje.
15. Números existem (mas não no espaço e no tempo).
16. Existe um número primo par inferior a cinco.
17. Seus filhos, quando existirem, poderão herdar uma bela fortuna.
18. Férmions existem (no sistema da MQ), mas os quarks talvez não.
19. “O flogístico existe” – dito por Johann J. Becher, no século XVI.
20. “O flogístico não existe” – dito por Lavoisier, dois séculos depois.
21. A função de ouvidor não existe mais/existe de novo.
22. O mundo dos objetos de tamanho médio não existe (é uma ilusão).
23. Só a mesa descrita pela física existe/é real. (Eddington).

Esta lista muito breve deve ser suficiente para mostrar que nós não sempre dizemos “a mesma coisa” quando usamos frases existenciais. De fato, frases existenciais, afirmativas ou negativas, aceitam como sujeito gramatical expressões denotando (ou, às vezes, que somente “pretendem” denotar) objetos espaciotemporais, fatos, eventos, estados de coisas, funções e cargos, instituições, entidades abstratas, objetos e personagens de ficção, períodos históricos, termos teóricos denotando entidades inobserváveis, expressões denotando propriedades ou funções simples ou complexas (uma λ -expressão), até expressões com extensão necessariamente vazia para entidades impossíveis.

Minha sugestão neste debate consiste em explorar certas possibilidades teóricas oferecidas recentemente pelo *contextualismo* em filosofia da linguagem, uma tradição que se desenvolve a partir do “Segundo Wittgenstein” até Recanati (2004), passando por Searle (1979), Davidson (1984) — pelo menos na sua teoria da metáfora —, e Travis (p.ex., 1989). O significado literal de nossas enunciações determina sempre condições de verdade e de satisfação relativamente a um contexto de pressuposições, de conhecimentos amplamente compartilhados e muitas vezes tácitos sobre regularidades naturais, sociais, maneiras padrões de fazer, etc. Às vezes, o conhecimento relevante, para a interpretação correta e completa de uma frase, é compartilhado por duas ou três pessoas, como acontece nas famílias entre irmãos e irmãs; pessoas que não são da família nem sempre entendem as frases usadas pelos membros da família. *Tokens* das mesmas frases serão (e devem ser) compreendidos diferentemente em contextos diferentes.

A forma lógica de uma afirmação existencial informa muito pouco sobre a sua compreensão correta. Usamos constantemente as mesmas palavras em vários contextos para descrever as coisas mais diversas, sem por isso criar nenhum problema de entendimento mútuo. Este fenômeno não pode ser descrito como uma ambigüidade sistemática generalizada, o que levaria a uma posição teoricamente insustentável. Alguns anos atrás, Benoît de Cornulier (1987) forneceu um excelente exemplo que vou adaptar aqui para ilustrar este ponto. Vamos imaginar que o prefeito de São Paulo, com o intuito de economizar, decreta que doravante todos os sinais de trânsito na cidade serão vermelhos, só vermelhos, e vermelhos o tempo todo. O Câmara Municipal, apelando para as habilidades hermenêuticas dos paulistas, repassa para eles a responsabilidade de decidir quando o sinal vermelho significa “Pare imediatamente!”, ou “Pode passar, mas tenha cuidado!”, ou “Pode passar sem preocupação...”. O leitor pode facilmente imaginar o resultado. O número de acidentes nas intersecções certamente atingiria logo marcos históricos! Sem falar das disputas, gritos, até tiroteios! Da mesma maneira, se as palavras tivessem um sentido diferente para cada locutor em cada novo contexto, uma comunicação bem-sucedida seria tão improvável quanto uma solução simples e consensual ao

conflito opondo os israelenses aos palestinos! O adjetivo de cor “vermelho” fornece um excelente exemplo de nossa capacidade de “ajustar” o sentido das palavras em função dos contextos e das coisas descritas. Na verdade, no contextualismo, as expressões lingüísticas não carregam um sentido misteriosamente e independente de qualquer contexto. Cada coisa vermelha tem sua maneira própria de ser vermelha. Um melão vermelho é vermelho por dentro. Mas dizer de um pássaro que ele é vermelho significa que a maioria de suas penas é vermelha, e não que ele tem as patas vermelhas ou o bico vermelho, ou que seus pulmões são vermelhos. No caso do pássaro, a cor deve ser a cor “natural” (um pássaro vermelho pintado de verde continua sendo um pássaro vermelho para o ornitólogo), mas uma mesa vermelha não tem cor natural⁷ (se a mesa era amarela, ela passa a ser só vermelha uma vez pintada de vermelho). Dizer de uma casa que ela é vermelha significa que as paredes de fora são vermelhas (o telhado e o interior da casa não precisam ser vermelhos). Um carro, da mesma forma, é vermelho quando é vermelho por fora (os pneus e os assentos não precisam ser vermelhos). Melhor: podemos imaginar um pincel azul por fora, com tinta preta dentro, mas a tinta teria a curiosa propriedade de se tornar vermelha ao contato com o ar e com um quadro branco. “Passe-me o pincel vermelho, por favor!” A frase faz sentido neste contexto, mesmo que o pincel não tenha nada de vermelho.⁸ Os casos considerados até agora são de usos literais. Há vários outros usos não literais: um “alerta vermelho” também não tem nada de vermelho. E uma pessoa que “está no vermelho” (digamos, um professor universitário no final de cada mês) não está tomando banho de vinho tinto... Podemos ver aqui que o adjetivo “vermelho” serve diferentemente em cada caso, se ajusta, por assim dizer, ao objeto e ao contexto de uso. Mas não há nenhum caso claro, nos exemplos mencionados, de uma ambigüidade semântica, algo comparável ao caso de “manga” (como fruta e como parte de uma camisa ou de um vestido). De um contexto para o outro sentimos e julgamos que há similaridades o suficiente para usar o mesmo adjetivo na descrição dos objetos considerados. E isso é absolutamente imprescindível para o uso criativo da linguagem.

No início de uma obra recente e póstuma Davidson dizia: “Nada no mundo, nenhum objeto ou evento, seria verdadeiro ou falso se não **existissem** criaturas pensantes.”⁹ O mesmo pode ser dito do *possível*. O verdadeiro e o possível se enraizam na mente das criaturas pensantes capazes de considerar situações atuais e contrafactuais. É precisamente o que acontece no final da *Primeira Meditação* e no início da *Segunda Meditação*, onde Descartes cria, ele mesmo, um contexto no qual a existência de quem pensa ou diz “eu existo” é garantida (e “garantida” aqui não significa, claramente, o mesmo que “necessária”) enquanto a existência de tudo aquilo que chegou a ser conhecido pelos sentidos tem sua existência simplesmente negada por ser incerta (Descartes, 1974). Este *contraste* é fundamental e dá legitimidade ao uso do predicado “existe” como predicado de primeira ordem neste contexto de investigação filosófica. Fica claro que quem diz “eu existo” não quer dizer: $(\exists x) (x = eu)$, isto é: a propriedade de ser idêntico a mim mesmo tem pelo menos uma instância. Trata-se aqui de uma frase sujeito-predicado do tipo mais simples, e não de uma frase quantificada. O que Descartes está fazendo é contrastar a existência de quem pensa seriamente e literalmente “eu existo” (pelo menos no momento da realização deste ato de pensar, a existência é indubitável) com a existência contingente das coisas, *esta sendo duvidosa*. E, neste contexto (e

⁷ A menos que a mesa seja feita de madeira preciosa; neste caso podemos falar da “cor natural” da mesa que, na verdade, é a cor natural da madeira, pois, sendo um artefato, uma mesa não pode, *stricto sensu*, ter uma cor natural.

⁸ Para estes exemplos ver Lahav (*in* Recanati, 2004).

⁹ Donald Davidson (2005), p. 7, tradução minha.

em muitos outros similares), o uso do predicado "existe" em primeira ordem serve para marcar uma diferença, um contraste e não é, neste caso, uma *Cambridge property*.

É interessante, nesta abordagem, reconsiderar a distinção de Carnap (1956, particularmente p. 206 ss.) entre as questões internas e as questões externas. Carnap observa que a questão: "Existe um número primo inferior a três?", recebe uma resposta positiva por ser uma questão interna que pressupõe um contexto teórico preciso, o da aritmética. Mas a questão: "Os números existem?" simplesmente não tem resposta por ser vaga, "metafísica" e incompleta (*framed in a wrong way*, disse Carnap). Falta-lhe um contexto teórico no qual a questão é suscetível de receber uma interpretação suficientemente precisa e uma resposta inequívoca. Existir ou ser real para Carnap significa, no sentido científico, "ser elemento de um sistema" ("*To be real in the scientific sense means to be an element of the system*" [p. 207]). Carnap distingue claramente dois tipos de contexto para as preocupações ontológicas, com o intuito, no entanto, de desqualificar um dos dois, favorecendo, é claro, questões e afirmações existenciais formuladas no contexto de uma teoria científica.

Aqui me parece inevitável considerar as modalidades aléticas, epistêmicas e temporais para colocar um pouco de ordem na variedade dos usos. Não se trata de uma tentativa de classificação racional das afirmações existenciais, mas sim de um agrupamento preliminar. Vimos que há várias maneiras de ser vermelho. O mesmo pode ser dito da existência. Parafraseando Aristóteles: "a existência se diz de várias maneiras", sempre de acordo com um contexto suficientemente semelhante aos contextos anteriores de uso. São juízos de similaridade que justificam o uso da mesma palavra num contexto novo. A similaridade deve sempre levar o melhor sobre dessemelhança. Quanto à existência espaciotemporal, a afirmação de existência pode ser em primeira ou segunda ordem, dependendo do caso (se for uma espécie ou um indivíduo), como vimos anteriormente, e a *atualidade*, bem como a *persistência* temporal, são importantes para casos deste tipo. Para os platonistas e muitos matemáticos, as entidades abstratas existem de toda eternidade e de modo não contingente, em contraste com os artefatos, as espécies naturais e seus elementos. Para Descartes, havia um contraste interessante entre a sua própria existência e a existência duvidosa das coisas ao seu redor. As crianças que perguntam se certas entidades fictícias existem, como o chupa-cabra, o curupira, o bicho-papão, o Papai Noel, etc. (exemplos n.º 8 e 9), estabelecem um contraste entre as coisas do cotidiano bem conhecidas como existentes e essas outras coisas que elas conseguem imaginar, às vezes com muita vivacidade. Em certas ocasiões, usamos o predicado de existência num contexto em que o tempo (uma modalidade temporal) é muito importante, quando dizemos, por exemplo, que os velociraptos não existem mais, mas já existiram. Aqui a existência é ligada à atualidade, como nos exemplos n.º 3, 4, 10, 17 e 21, ao passo que, no caso das entidades abstratas (números, propriedades, proposições, etc.) que são eternas (exemplos n.º 15 – questão externa – e n.º 16 – questão interna), o tempo não é um fator que entra em consideração para a aplicação do predicado de existência. Em situações contrafactuais (exemplo n.º 11), existir (ou não) é ser membro (ou não) do domínio de um mundo possível. Vimos que, "no sentido científico", segundo Carnap, existir é ser elemento de um sistema, como aparece nos exemplos n.º 16, 18, 19 e 20; os Férmions na mecânica quântica, o número dois na aritmética, e o flogístico na teoria de Becker (mas não na de Lavoisier). Em outros casos, a ficção se mistura com a realidade humana até poder influenciá-la, tragicamente (morrer procurando o Eldorado) ou de modo engraçado (ver exemplo n.º 14). Alguns filósofos da mente podem adotar uma postura radical e negar, no contexto de uma argumentação complexa, que haja

sensações ou que a consciência exista (n.º 5, 6 e 7). Certas instituições ou funções certamente não são redutíveis às entidades reconhecidas nas ciências da natureza (n.º 11, 12, 21). Finalmente, no contexto de discussões metafísicas, particularmente na metafísica analítica, uma metafísica não desvinculada da investigação científica, questões relativas à existência dos objetos de tamanho médio (n.º 22 e 23), ou mais radicalmente ainda, na metafísica tradicional, questões relativas à existência do mundo externo, são freqüentes apesar de representar algo um pouco chocante para o senso comum e até para muitos filósofos.

Uma ontologia séria?

Como vimos no caso de Descartes, o uso do predicado “existe” estabelece um *contraste*. Haveria um *contexto padrão*, de referência, para o uso de “existe”, os outros contextos de uso sendo avaliados em razão da proximidade ou distância deste contexto padrão ou paradigmático que constituiria, por assim dizer, uma sistematização das afirmações existenciais “respeitáveis”? As tentativas de arregimentação da linguagem proposta por Frege, Russell, Carnap e Quine parecem unificar as afirmações de existência num único esquema. Estas afirmações seriam todas de segunda ordem, como vimos. A reação, a partir dos anos setenta, teve como resultado a reabilitação de “existe” como predicado de primeira ordem. Mas a forma lógica de uma afirmação de existência, como foi mencionado, diz muito pouco sobre seu uso e menos ainda sobre como ela deve ser compreendida em contexto. Sugiro que a idéia de tal contexto padrão para avaliar afirmações existenciais, por exemplo, “a ciência” (no singular), como o único árbitro autorizado em última instância, possa ser seriamente equivocada.

Alguns dirão que a variedade de usos do predicado de existência não importa; que há um assunto importante para a filosofia, que poderíamos batizar de “*ontologia séria*”, e que a ontologia séria é a da ciência (no singular), em particular e em última instância, a da física. Os fisicalistas em geral são desta opinião.

Chisholm (ver 1976) também, mas como metafísico desta vez, costumava distinguir um sentido *estrito e filosófico* (“*strict and philosophical sense*”) de “existe” (ou de “há”: “*there is*” em inglês) oposto a um sentido *liberal (loose) e popular* da expressão. Mas “existe”, bem como “real”, apresentam uma variedade interessante de usos, como Austin viu muito bem, em particular em *Sense and Sensibilia*, e esta variedade deve ser estudada cuidadosamente.

Este tratamento contextualista do predicado de existência vai contra certa postura encontrada numa corrente da filosofia analítica que podemos chamar, seguindo (Lynne Rudder Baker 2001, p. 379), de “*pragmatismo científico*”. Uma das teses fundamentais do pragmatismo científico é que só “a ciência” (no singular) deve “apitar”; ela é o último grande árbitro nas questões ontológicas; e só ela pode dizer “o que existe”. Sellars em particular afirmou isso de maneira bem contundente: “a ciência é a medida de todas as coisas, do que é que é, e do que não é que não é” (ver nota 22). Entre esses filósofos, alguns estimam que o critério de cientificidade *par excellence* seja a redução à física. Mas se perguntarmos para um físico: “O que existe em última instância?”, a resposta provavelmente será algo como: “Partículas em campos de força”. Porém, o biólogo e o psicólogo não precisam adotar esta postura ontológica radical para contribuir nas suas respectivas disciplinas. Eles não precisam da permissão do físico para aplicar o predicado de existência a um ser vivo provido de mentalidade. Os seres providos de uma mentalidade são seres biológicos e os seres biológicos são seres físicos. Praticamente, devemos

admitir isso sem saber exatamente e com precisão como os seres vivos e providos de uma mentalidade emergem num mundo físico. De modo geral é bom não esquecer que a expressão “a ciência” (no singular) é um atalho, uma maneira de designar como um todo algo que não é um bloco monolítico e bem-unificado. Até nossa física não está bem-unificada. Por que deveríamos esperar, como Sellars e Quine parecem recomendar¹⁰, que “a ciência” decide de todo em matérias ontológicas, sobre o que existe ou não existe? Pois “a ciência”, concretamente, é o conjunto das teorias científicas aceitas durante certo tempo pelas várias comunidades científicas. Assim, “a ciência” do século XIX é o conjunto das teorias científicas aceitas pelas comunidades científicas durante o século XIX, e o mesmo vale para “a ciência” de hoje. A ciência do século XVI chegou a reconhecer a existência do flogístico, e até a experiência de Michelson-Morley, no final do século XIX, “a ciência” reconhecia a do éter. É neste contexto que alguns filósofos, adotando uma postura eliminativista, negam a existência de atos, eventos ou estados mentais porque estes não se deixam reduzir facilmente a entidades denotadas por termos que pertencem ao vocabulário da física. A redução interteórica à física (em particular à microfísica) é considerada por certos como critério de cientificidade, em virtude do modelo metafísico do mundo-em-camadas (*layered conception of the world*), pois a física ocupa a base da pirâmide deste mundo-em-camadas e a física é sempre apresentada como um paradigma de cientificidade. Neste caso, a função de ouvidor de nosso exemplo nº 21 não poderia ser reduzida a qualquer entidade ou conjunto de propriedades respeitáveis para os físicos, e, assim, esta afirmação existencial não deveria ser levada a sério. Mas o mesmo vale de qualquer artefato: uma cadeira não pode ser completa e adequadamente descrita sem considerar sua função ou seu uso, a intenção de quem fabricou e quem usa, e nada disso se deixa facilmente reduzir à física (sobre isso ver Baker, 1987).

Será que existe uma última camada ou um último nível fundamental?¹¹ Esta questão metafísica, muito provavelmente, não receberá em breve uma resposta definitiva. Se houver um nível fundamental, descrito pela microfísica, então os níveis superiores (desconsiderando algo inferior aos quarks e léptons, talvez as supercordas), na seqüência, seriam: quarks e léptons, formando os elementos do átomo, o próprio átomo, e depois composições mereológicas dos precedentes: moléculas, grupos de moléculas, (até corpos macroscópicos). A crença na existência de um nível fundamental a ser descrito por uma microfísica “completa” foi chamada de “fiscalismo”, e “atomismo” designa a crença de que não existem *stricto sensu* macroentidades, mas somente entidades fundamentais arranjadas em várias combinações (ver Schaffer, 2003). São crenças deste tipo que levaram Eddington a acreditar somente na existência da mesa descrita pela microfísica (ver exemplo nº 23). A existência dos corpos macrofísicos teria, nesta perspectiva, um caráter parasítico e derivado, somente tolerável no contexto de uma ontologia séria, baseada “na ciência”. Temos um problema análogo com a causalidade e as leis causais. Será que as únicas leis causais autênticas são leis estatísticas da mecânica quântica? Assim, nem teríamos mais o direito de dizer, *stricto sensu*, que a acidez de uma solução, por exemplo, causou a mudança de cor do papel tornassol?¹²

¹⁰ Quine (1960); Sellars (1963) e, do mesmo autor, a última parte de *Empiricism and the Philosophy of Mind* (1997, p. 83): “But, speaking as a philosopher, I am quite prepared to say that the common-sense world of physical objects in Space and Time is unreal - that is, that there are no such things. Or, to put it less paradoxically, that in the dimension of describing and explaining the world, science is the measure of all things, of what is that it is, and of what is not that it is not.”

¹¹ Ver Kim (1998, p. 15 a 19). Sobre o mesmo assunto, ver Schaffer (2003).

¹² Sobre o reducionismo causal e sua crítica, ver o excelente artigo de Michael Tooley (1990), também disponível em E. Sosa e Tooley (1994, p. 172-192).

As ciências (prefiro sempre o plural), nas suas respectivas histórias, passaram a reconhecer a existência de várias entidades que hoje constituem um panteão da mitologia científica que, ao mesmo tempo, serve de homenagem à imaginação dos cientistas e de comprovação da falibilidade dos mesmos. A história das ciências está repleta de declarações de um otimismo, um entusiasmo tocante. (Sobre isso, de novo, ver Schaffer, 2003). É o que Jerry Fodor chama de retórica de “*technohype*” (ver Fodor, 2000, p. 84), que consiste em exagerar, em contextos científicos ou tecnológicos, para causar impacto e “vender seu peixe”. De outro modo, por que uma mãe de família sensata, afirmando para seu filho: “Fantasmas não existem”, não estaria praticando uma forma “séria” de ontologia?

Sugiro, portanto, que uma postura liberal e pluralista seja a mais adequada para tratar as afirmações existenciais, sem desconsiderar, é claro, as possíveis contribuições das ciências, que continuam a representar a forma mais acabada de conhecimento que temos¹³.

Referências

- AUSTIN, J.L. 1962. *Sense and Sensibilia*. Oxford, Clarendon Press.
- BAKER, L.R. 2001. “Philosophy in *Mediis Rebus*”, *Metaphilosophy*, 32(4):378-394.
- BAKER, L.R. 1987. *Saving Belief*. Princeton, Princeton University Press.
- CARNAP, R. 1956. Empiricism, Semantics, and Ontology. In: R. CARNAP, *Meaning and Necessity*. 2ª ed., Chicago, University of Chicago Press.
- CHISHOLM, R. 1976. *Persons and Objects: A Metaphysical Study*. La Salle/Chicago, Open Court.
- CORNULIER, B. de. 1987. *Effets de sens*. Paris, Ed. De Minuit.
- DESCARTES, R. 1974. *Méditations métaphysiques*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DAVIDSON, D. 1984. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford, Clarendon Press.
- DAVIDSON, D. 2005. *Truth and Predication*. Cambridge, The Belknap Press de Harvard University Press.
- EVANS, G. 1982. *Varieties of Reference*. Oxford, Clarendon Press.
- FODOR, J. 2000. In *a Critical Condition*. Cambridge, MIT Press.
- HUDSON, H. 1997. On a New Argument from Actualism to Serious Actualism. *Noûs*, 31(4):520-524.
- HUME, D. 2000. *Tratado da natureza humana*. São Paulo, Editora da UNESP.
- KANT, I. 1965. *Critique of Pure Reason*. New York, St Martin Press.
- KIM, J. 1998. *Mind in a Physical World*. Cambridge, MIT Press.
- KRIPKE, S. 1963. Semantical Considerations on Modal Logic. *Acta Philosophica Fennica*, 16: 63-72.
- KRIPKE, S. 1980[1972]. *Naming and Necessity*, Cambridge (MA), Harvard University Press.
- LAHAV, R. 1989. Against Compositionality: the Case of the Adjectives. *Philosophical Studies*, 57:261-279.
- LECLERC, A. 2006. O Essencialismo desde Kripke. In: G. IMAGUIRE e M. de OLIVEIRA (orgs.), *Metafísica contemporânea*. Petrópolis, Vozes.
- MCGINN, C. 2000. *Logical Properties*. Oxford, O.U.P.
- PARSONS, T. 1980. *Nonexistent Objects*. New Haven, Yale University Press.
- PLANTINGA, A. 1974. *The Nature of Necessity*. Oxford, Clarendon Press.
- PUTNAM, H. 1999. *The Threefold Cord: Mind, Body, and World*. New York, University of Columbia Press.
- QUINE, W. van O. 1960. *Word and Object*. Cambridge (MA), The MIT Press.
- RECANATI, F. 2004. *Literal Meaning*. Cambridge, Cambridge University Press.

¹³ Quero agradecer minha esposa, Gesuína de Fátima Elias Leclerc, que sempre tem tempo para revisar meus textos com carinho e paciência, apesar de ter uma produção científica própria e cada vez mais reconhecida; ela sempre aponta muitos erros crassos da minha parte, e consegue assim me fazer parecer mais inteligente!

- SCHAFFER, J. 2003. Is There a Fundamental Level? *Noûs*, 37(3): 498-517.
- SEARLE, J. 1979. *Expression and Meaning*. Cambridge, C.U.P.
- SELLARS, W. 1997[1956]. *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge, Harvard University Press, (com uma Introdução de Richard Rorty e um Guia de Estudos de Robert Brandom).
- SELLARS, W. 1963. Philosophy and the Scientific Image of Man. In: W. SELLARS, *Science, Perception and Reality*. New York, Humanities Press, p. 1 - 40.
- SOSA, E. e TOOLEY, M. (orgs.). 1994. *Causation*. Oxford, Oxford University Press.
- TOOLEY, M. 1990. Causation: Reductionism versus Realism. *Philosophy and Phenomenological Research*, 50:215-236, suplemento, autono. Também in: Sosa and Tooley, 1994.
- TRAVIS, C. 1989. *The Uses of Sense: Wittgenstein's Philosophy of Language*. Oxford, Oxford University Press.
- WILLIAMS, S.G. Existence. 1995. In: J. KIM e E. SOSA (orgs.), *A Companion to Metaphysics*. Oxford, Blackwell, p. 145 - 150.
- ZALTA, E. 1988. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge, MIT Press.